

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 2, n. 1, 2026

... ARTIGO 11

Data de Aceite: 16/01/2026

PRÁTICAS DO PROFESSOR DA SALA COMUM NO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA INCLUSIVA

Edivanda Conceição de Brito

Mestranda do programa de Mestrado em Ciência da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS.

<https://orcid.org/0009-0000-4554-996X>

Fábio Coelho Pinto

Orientador. Docente do programa de Mestrado em Ciência da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS. Doutor em Ciências da Educação pela FICS, Mestre em Educação e Cultura pela UFPa, Mestre em Ciências da Educação pela FICS/UNAMA.

<https://orcid.org/0000-0002-7169-2716>



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo: Este artigo analisa como as práticas pedagógicas adotadas por professores da sala comum na Escola Maria Helena da Cruz de Oliveira contribuem para a inclusão, a participação e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de um estudo qualitativo, caracterizado como estudo de caso, fundamentado na legislação da Educação Inclusiva e nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, considerando o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a participação da família. A coleta de dados é realizada por meio de questionários e entrevistas com professores do Ensino Fundamental que atuam com estudantes com TEA. O estudo tem como objetivos mapear estratégias e recursos utilizados pelos docentes, identificar barreiras e facilitadores do processo de inclusão e analisar a relação entre formação docente e qualidade das práticas pedagógicas. Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão de como as práticas pedagógicas adotadas favorecem a construção de uma pedagogia inclusiva que assegure aos estudantes com TEA o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento no contexto escolar regular.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Prática docente. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) configura-se como uma temática central no debate educacional contemporâneo, sobretudo diante da defesa do direito à educação de qualidade, do reconhecimento das diferenças e da promoção do desenvolvimento in-

tegral dos sujeitos. No contexto brasileiro, a Educação Inclusiva tem sido fortalecida por legislações e políticas públicas que orientam os sistemas de ensino a garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades (Sassaki, 2010; Mittler, 2003; Carvalho, 2003).

Esse movimento encontra respaldo em marcos legais e normativos, como a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2018) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que asseguram o direito dos estudantes com TEA à escolarização em classes comuns do ensino regular, com a oferta de apoios e serviços necessários ao seu desenvolvimento. Entretanto, apesar dos avanços legais, a literatura aponta que a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à organização pedagógica, ao currículo e à disponibilização de recursos adequados, o que impacta diretamente a qualidade das práticas inclusivas (Mantoan, 2003; Beyer, 2013).

No âmbito das práticas pedagógicas, estudos indicam que o professor da sala comum desempenha papel fundamental na construção de ambientes educacionais inclusivos, sendo responsável por adaptar estratégias, recursos e metodologias de modo a atender às necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Nesse sentido, a literatura enfatiza a centralidade do currículo flexível, do planejamento colaborativo e da valorização das potencialidades dos estudantes como elementos essenciais para a promoção da participação e da aprendizagem no ensino regular (Zerbato, 2021; Mantoan, 2003).

Apesar do reconhecimento da importância das práticas pedagógicas inclusivas,

ainda são recorrentes na produção científica discussões acerca das dificuldades enfrentadas pelos docentes, como a insuficiência de formação continuada específica sobre o autismo, a ausência de apoio pedagógico sistematizado, a escassez de materiais adaptados e a fragilidade da articulação entre professores, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e família. Tais desafios evidenciam a necessidade de aprofundar reflexões teóricas que subsidiem práticas mais qualificadas e coerentes com os princípios da Educação Inclusiva (Cunha, 2020; Mittler, 2003).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo investigar, por meio de uma revisão bibliográfica, de que modo as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores da sala comum contribuem para a inclusão, a participação e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto da educação inclusiva. Ao sistematizar e analisar produções científicas sobre o tema, busca-se compreender os fatores que favorecem ou dificultam a efetivação de práticas inclusivas no cotidiano escolar.

A realização desta pesquisa justifica-se pela relevância social, educacional e científica da temática, considerando que a inclusão escolar vai além do acesso à escola e requer práticas pedagógicas que respeitem o ritmo, as necessidades e as potencialidades dos estudantes com TEA. Além disso, a análise da literatura contribui para ampliar o debate teórico, subsidiar processos formativos docentes e fortalecer ações pedagógicas comprometidas com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva (Sassaki, 2020; Carvalho, 2019).

Este artigo está organizado em seções. Na primeira, apresenta-se a fundamentação teórica, abordando conceitos, legislações e discussões sobre Educação Inclusiva, práti-

cas pedagógicas e Transtorno do Espectro Autista. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada para a realização da revisão bibliográfica. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados da análise da literatura. Por fim, o texto é concluído com considerações finais que sintetizam as principais reflexões e apontam possíveis encaminhamentos para futuras pesquisas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Construção De Uma Pedagogia Inclusiva Na Escola Comum

A educação inclusiva consolidou-se no contexto brasileiro como um direito social e educacional, respaldado por legislações, políticas públicas e por uma concepção ética fundamentada na valorização das diferenças humanas. Nas últimas décadas, documentos normativos passaram a assegurar que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e altas habilidades/superdotação frequentem escolas regulares, com acesso aos recursos, serviços e apoios necessários à sua aprendizagem e participação plena. Essa perspectiva rompe com modelos historicamente excludentes ao propor a reorganização da escola para atender a diversidade dos sujeitos que nela convivem (Sassaki, 2010; Brasil, 2018).

Nesse sentido, Mittler (2003) afirma que a inclusão escolar não se limita à inserção física do estudante no espaço escolar, mas exige uma revisão profunda das práticas pedagógicas, das concepções de ensino e das formas de organização do currículo. O autor destaca que a escola inclusiva reconhece que os alunos aprendem de maneiras distintas e em ritmos variados, o que demanda a supe-

ração de modelos pedagógicos baseados na padronização e na homogeneização. Corroborando essa ideia, Carvalho (2019) enfatiza que a inclusão pressupõe mudanças estruturais e atitudinais, envolvendo professores, gestores e toda a comunidade escolar.

Para Beyer (2013), ensinar em uma perspectiva inclusiva implica ampliar estratégias metodológicas, diversificar recursos didáticos e flexibilizar o currículo, sem reduzir o direito ao conhecimento comum. O autor ressalta que a adaptação curricular não significa empobrecimento do conteúdo, mas a criação de diferentes caminhos para que todos os estudantes tenham acesso aos saberes escolares. Essa compreensão reforça a necessidade de uma pedagogia que considere as singularidades dos estudantes, promovendo equidade no processo de ensino e aprendizagem (Beyer, 2013; Zerbato, 2021).

Quando se trata especificamente do Transtorno do Espectro Autista, a literatura aponta características relacionadas à comunicação social, linguagem, comportamento adaptativo e processamento sensorial, o que exige práticas pedagógicas intencionalmente planejadas. Cunha (2020) destaca que muitos estudantes com TEA se beneficiam de rotinas estruturadas, uso de recursos visuais, mediação da linguagem e previsibilidade do ambiente escolar, elementos que contribuem para a redução da ansiedade e para o aumento do engajamento nas atividades pedagógicas.

Nesse contexto, o papel do professor da sala comum assume centralidade no processo de inclusão, uma vez que cabe a ele planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas que favoreçam a participação efetiva de todos os estudantes. Mantoan (2003) afirma que a inclusão não se efetiva apenas por

meio de dispositivos legais, mas se concretiza na prática docente cotidiana, que requer abertura à inovação, flexibilidade curricular, postura investigativa e compromisso com a aprendizagem de todos. Todavia, o professor não deve atuar de forma isolada, sendo fundamental o trabalho colaborativo no interior da escola.

A Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar ou suplementar à escolarização, destinado a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a participação dos estudantes. O AEE deve atuar de forma articulada com o professor da sala comum, contribuindo para o planejamento pedagógico e para o acompanhamento do processo de aprendizagem (Brasil, 2018). Carvalho (2019) reforça que a inclusão só se efetiva mediante a articulação entre sala comum, AEE, gestão escolar e família.

Outro elemento central na construção de uma pedagogia inclusiva refere-se ao currículo. Beyer (2013) e Zerbato (2021) defendem que o currículo deve ser flexível, acessível e aberto à diversidade, garantindo o direito ao conhecimento comum, mas permitindo múltiplos percursos de aprendizagem, uso de recursos diferenciados e formas variadas de avaliação. Essa perspectiva curricular rompe com a lógica excludente e reconhece que diferentes estudantes podem alcançar os mesmos objetivos educacionais por caminhos distintos (Zerbato, 2021).

Como destaca Sasaki (2010), a inclusão exige uma mudança de paradigma, pois não se trata de adaptar o estudante à escola, mas de transformar a escola para que ela acolha todos os estudantes. Essa transformação implica repensar práticas pedagó-

gicas, currículos, espaços físicos e relações interpessoais, deslocando o foco das limitações do aluno para a responsabilidade institucional de garantir condições adequadas de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo coletivo e sistêmico, que envolve professores, gestores, famílias e políticas públicas. Ao reconhecer o estudante com TEA como sujeito de direitos e potencialidades, a escola amplia suas possibilidades pedagógicas e fortalece seu papel social. Assim, a presença desses estudantes no ensino regular deixa de ser vista como um desafio individual do professor e passa a ser entendida como oportunidade de construção de uma escola mais justa, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos (Mantoan, 2003; Mittler, 2003).

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, cujo objetivo é analisar e compreender, a partir da literatura científica, as práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da escola comum. A pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a interpretação de significados, concepções e experiências descritas nos estudos analisados, permitindo uma compreensão aprofundada do fenômeno educacional investigado (Minayo, 2014).

A opção pela revisão bibliográfica justifica-se por possibilitar o levantamento, a sistematização e a análise crítica de produções científicas já publicadas sobre a temática, contribuindo para a identificação de tendências teóricas, contribuições relevantes

e lacunas existentes na produção acadêmica. Conforme destacam Cavalcante e Oliveira (2020), esse tipo de método é especialmente pertinente quando se busca compreender fenômenos contemporâneos por meio da análise de diferentes estudos e perspectivas teóricas, sem a realização de investigação empírica direta.

O levantamento das produções científicas foi realizado em bases de dados reconhecidas na área da Educação e das Ciências Humanas, especificamente SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. A busca ocorreu por meio da utilização de descritores relacionados ao tema do estudo, combinados com operadores booleanos, de modo a ampliar e refinar os resultados encontrados. Os descritores utilizados foram: educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, autismo, práticas pedagógicas, formação docente e ensino regular. Para a estratégia de busca, empregaram-se os operadores booleanos AND e OR, resultando em combinações como educação inclusiva AND autismo, práticas pedagógicas AND TEA e formação docente AND educação inclusiva.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados em periódicos nacionais, disponíveis na íntegra, que abordassem a inclusão escolar de estudantes com TEA no ensino regular, com foco nas práticas pedagógicas, na formação docente e nos processos de ensino e aprendizagem. Foram excluídos trabalhos duplicados, produções que não dialogassem diretamente com a temática da inclusão escolar, estudos voltados exclusivamente para contextos clínicos ou terapêuticos e textos que não apresentassem relação com os objetivos da pesquisa.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 artigos científicos, os quais constituíram o corpus de análise deste estudo. A seleção final considerou a relevância teórica, a consistência metodológica e a contribuição dos estudos para a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas relacionadas ao atendimento de estudantes com TEA.

A análise do material selecionado foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo, fundamentada na perspectiva de Bardin, conforme sistematizada por Valle e Ferreira (2025). O processo analítico seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, permitindo a organização, categorização e interpretação dos dados extraídos da literatura. As categorias de análise foram definidas previamente, em consonância com os objetivos do estudo e a recorrência temática identificada nos artigos analisados, sendo elas: estratégias e adaptações pedagógicas, barreiras e facilitadores do processo de inclusão e formação docente associada às práticas pedagógicas inclusivas.

Essa metodologia possibilitou uma análise sistemática e fundamentada das produções científicas selecionadas, contribuindo para a construção de reflexões teóricas consistentes sobre as práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto da educação inclusiva.

RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa foram organizados a partir da análise das principais produções teóricas e normativas que fundamentam a educação inclusiva no contexto escolar, com ênfase nas práticas pedagógicas,

avaliação, políticas públicas e no atendimento às necessidades educacionais especiais. A análise qualitativa das obras selecionadas permitiu identificar convergências conceituais, avanços teóricos e desafios persistentes relacionados à implementação da inclusão escolar, evidenciando que o sucesso das práticas inclusivas está diretamente relacionado à formação docente, à flexibilização curricular, ao uso de estratégias pedagógicas diversificadas e ao compromisso institucional com a equidade educacional.

Fonte: elaborada pela própria autora, 2026.

Ao analisar as obras selecionadas, observa-se que todas convergem para a compreensão da inclusão como um processo contínuo, que exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar. Os resultados evidenciam que políticas públicas, formação docente e metodologias inclusivas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem, são elementos indissociáveis para a efetivação de uma educação equitativa. Esses achados reforçam a necessidade de discutir, de forma mais aprofundada, como tais fundamentos teóricos se materializam na prática pedagógica, o que será abordado no próximo tópico, destinado à discussão dos resultados, articulando teoria, legislação e realidade escolar.

5. DISCUSSÃO

A discussão dos resultados evidencia que a educação inclusiva, conforme apresentada pelos autores analisados, constitui um processo complexo, multifacetado e

Autor/Ano	Título da obra	Objetivo da obra	Relevância para a pesquisa
Beyer (2013)	Inclusão e Avaliação na Escola	Discutir práticas avaliativas inclusivas voltadas a alunos com necessidades educacionais especiais	Contribui para compreender a avaliação como processo formativo e não excludente
Brasil (2018)	Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	Estabelecer diretrizes para a educação inclusiva no sistema educacional brasileiro	Fundamenta legalmente as práticas inclusivas analisadas na pesquisa
Carvalho (2019)	Educação inclusiva: com os pingos nos “is”	Esclarecer conceitos e práticas da educação inclusiva	Auxilia na compreensão crítica dos equívocos e desafios da inclusão escolar
Cunha (2020)	Autismo na escola: um jeito diferente de aprender	Apresentar estratégias pedagógicas para o ensino de estudantes com TEA	Reforça a importância da adaptação metodológica e do olhar individualizado
Mantoan (2003)	Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?	Discutir fundamentos e práticas da inclusão escolar	Base teórica central para a compreensão do conceito de inclusão
Minayo (2014)	O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde	Apresentar fundamentos da pesquisa qualitativa	Sustenta metodologicamente a abordagem qualitativa adotada
Mittler (2003)	Educação Inclusiva: contextos sociais	Analisar a inclusão a partir de fatores sociais e culturais	Contribui para compreender a inclusão como processo social
Paz et al. (2025)	Educação, Dificuldades e Deficiência de Aprendizagem	Refletir sobre práticas inclusivas frente às dificuldades de aprendizagem	Atualiza o debate sobre diversidade e equidade no ensino
Sasaki (2010)	Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos	Refletir sobre inclusão em uma perspectiva social e cidadã	Amplia o entendimento da inclusão para além do espaço escolar
Zerbato (2021)	O Desenho Universal para a Aprendizagem na Formação de Professores	Investigar o DUA como estratégia para práticas inclusivas	Fundamenta propostas pedagógicas acessíveis e flexíveis

Tabela 1 – Síntese das Obras Analisadas

profundamente articulado a dimensões pedagógicas, políticas, sociais e culturais. Ao correlacionar as contribuições teóricas e normativas de Beyer (2013), Brasil (2018), Carvalho (2019), Cunha (2020), Manton (2003), Sassaki (2010), Minayo (2014), Mittler (2003), Paz *et al.* (2025) e Zerbato (2021), torna-se possível compreender que a inclusão escolar não se restringe à matrícula do estudante público-alvo da educação especial na escola regular, mas exige uma reorganização estrutural do sistema educacional, das práticas docentes e das concepções de ensino e aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018), constitui o marco normativo central que orienta as práticas inclusivas no contexto brasileiro. Tal política rompe com o modelo segregador historicamente presente na educação especial ao defender a escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular. Essa diretriz dialoga diretamente com as reflexões de Manton (2003), que defende a inclusão como um princípio pedagógico e ético, fundamentado no direito à educação e no reconhecimento da diversidade como característica intrínseca ao ambiente escolar. Para a autora, a escola inclusiva é aquela que se transforma para atender a todos, e não aquela que exige que os alunos se adaptem a um modelo único de ensino.

Nesse sentido, Carvalho (2019) contribui para a discussão ao problematizar os equívocos conceituais ainda presentes nas práticas escolares, destacando que a inclusão não pode ser confundida com integração ou com ações pontuais de adaptação. A auto-

ra enfatiza que a educação inclusiva exige mudanças profundas na cultura escolar, nas relações pedagógicas e na compreensão do papel do professor, que passa a atuar como mediador do processo de aprendizagem, respeitando os diferentes ritmos, estilos e necessidades dos estudantes. Essa perspectiva se articula com Mittler (2003), que compreende a inclusão como um fenômeno social, influenciado por fatores culturais, políticos e institucionais. Para o autor, o sucesso das práticas inclusivas depende do envolvimento coletivo da comunidade escolar e da superação de barreiras atitudinais que ainda limitam a participação plena dos alunos.

A discussão sobre práticas pedagógicas inclusivas é aprofundada pelas contribuições de Cunha (2020), especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O autor destaca que o ensino desses estudantes exige estratégias diferenciadas, planejamento individualizado e uma postura pedagógica sensível às especificidades do desenvolvimento e da comunicação. Cunha reforça que não há um único método eficaz, mas sim a necessidade de observar, compreender e adaptar as práticas às singularidades de cada aluno. Essa abordagem dialoga diretamente com os pressupostos do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), discutidos por Zerbato (2021), que propõe a flexibilização curricular desde o planejamento, oferecendo múltiplas formas de representação, expressão e engajamento.

Zerbato (2021) destaca que o DUA representa um avanço significativo para a educação inclusiva, pois rompe com a lógica de adaptações posteriores e promove a acessibilidade pedagógica desde o início do processo educativo. Essa concepção amplia o alcance das práticas inclusivas, beneficiando

do não apenas os estudantes público-alvo da educação especial, mas todos os alunos, ao reconhecer a diversidade como elemento estruturante do currículo. Tal perspectiva encontra respaldo nas reflexões de Sasaki (2010), que amplia o conceito de inclusão para além do campo educacional, compreendendo-a como um princípio social que visa garantir a participação plena de todos os indivíduos nos diferentes espaços da sociedade. Para o autor, a inclusão pressupõe a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas e ações intersetoriais.

A avaliação da aprendizagem, frequentemente apontada como um dos maiores desafios da inclusão escolar, é abordada de forma crítica por Beyer (2013). O autor defende uma avaliação inclusiva, processual e formativa, que considere o progresso individual do estudante em vez de comparações padronizadas. Essa concepção rompe com práticas avaliativas tradicionais, que muitas vezes reforçam processos de exclusão ao desconsiderarem as diferenças cognitivas, sensoriais e socioemocionais dos alunos. Ao dialogar com Mantoan (2003) e Carvalho (2019), Beyer reforça que a avaliação deve ser coerente com os princípios da inclusão, atuando como instrumento de acompanhamento e não de seleção ou exclusão.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa encontra respaldo teórico nas contribuições de Minayo (2014), que destaca a relevância da pesquisa qualitativa para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como a educação inclusiva. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa permite analisar significados, percepções e práticas, indo além da mensuração de dados quantitativos. Essa perspectiva metodológica é

fundamental para compreender como as políticas e teorias inclusivas se materializam no cotidiano escolar, considerando as experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Assim, a escolha por uma análise qualitativa possibilitou correlacionar os diferentes referenciais teóricos e compreender a inclusão como um fenômeno dinâmico e contextualizado.

As reflexões de Paz *et al.* (2025) contribuem de forma significativa para a discussão ao abordar as dificuldades e deficiências de aprendizagem no contexto da inclusão escolar, enfatizando a importância da equidade no ensino. Os autores destacam que a diversidade presente nas salas de aula exige práticas pedagógicas flexíveis e uma postura docente comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa abordagem reforça a necessidade de formação continuada dos professores, aspecto também destacado por Zerbato (2021) e Carvalho (2019), que apontam a formação docente como um dos pilares para a efetivação da educação inclusiva.

Ao correlacionar os autores analisados, observa-se uma convergência teórica em torno da compreensão da inclusão como um direito humano fundamental e como um processo que exige mudanças estruturais no sistema educacional. No entanto, também emergem desafios persistentes, como a resistência cultural, a insuficiência de recursos, a fragilidade na formação docente e a distância entre as políticas públicas e a prática escolar. Tais desafios são apontados por Mittler (2003) e Sasaki (2010), que destacam a necessidade de um compromisso coletivo e contínuo com a inclusão, envolvendo gestores, professores, famílias e a sociedade em geral.

Dessa forma, a discussão dos resultados evidencia que a educação inclusiva não pode ser compreendida como uma ação isolada ou como responsabilidade exclusiva do professor, mas como um projeto político-pedagógico que exige articulação entre legislação, teoria, prática e formação profissional. As contribuições dos autores analisados reforçam que a construção de uma escola inclusiva depende do reconhecimento da diversidade como valor, da superação de práticas excludentes e da implementação de estratégias pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Assim, os resultados discutidos apontam para a necessidade de fortalecer políticas públicas, investir na formação docente e promover práticas pedagógicas inovadoras, capazes de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que a educação inclusiva se configura como um processo complexo e contínuo, que vai além do acesso físico dos estudantes ao ambiente escolar, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais no sistema educacional. A análise das produções teóricas e normativas permitiu compreender que a efetivação da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas flexíveis, avaliação formativa e formação docente contínua. Os autores discutidos convergem ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, destacando que a escola inclusiva deve ser capaz de atender às singularidades dos estudantes, promovendo equidade e garantindo o direito à aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer o comprometimento coletivo da comunidade escolar e o fortalecimento de práticas pedagógicas fundamentadas em princípios democráticos e humanizadores. Estratégias como o Desenho Universal para a Aprendizagem, o atendimento educacional especializado e a avaliação inclusiva mostram-se essenciais para a superação de barreiras à aprendizagem e à participação. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para reflexões críticas e para o aprimoramento das práticas educacionais, incentivando a implementação de ações que promovam uma escola mais justa, acessível e inclusiva para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola. De Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. 1ª edição. Porto Alegre – RS: editora Mediação. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2018. Acesso em: 13 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília – DF: Secretaria Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2015. Acesso em: 13 de novembro de 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Métodos de Revisão Bibliográfica nos Estudos Científicos. **Psicologia em Revista**. v.26, n.1. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 1ª edição. Porto Alegre – RS: editora Mediação. 2019. ISBN-13: 978-8577061334.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender**. 6ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Wak Editora. 2020. ISBN-13: 978-8578542375.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1ª edição. São Paulo – SP: Editora Moderna. 2003. ISBN: 85-16-03903-X.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 7ª edição. Rio de Janeiro – RJ: editora WVA. 2010. ISBN-13: 978-8585644117.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 1ª edição. São Paulo – SP: editora Hucitec. 2014. ISBN-13: 978-8527101813.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. 1ª edição. Porto Alegre – RS: editora Penso. 2003. ISBN-13: 978-8573079609.

PAZ, J. F. da; *et al.* Educação, Dificuldades e Deficiência de Aprendizagem: Reflexões e Práticas no Contexto da Inclusão Escolar, Diversidade e Equidade no Ensino. **Rev. IDEAU – Revista de Educação**. v.5, n.2. 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/reiv5n2-007>

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin: Contribuições e Limitações para a Pesquisa Qualitativa em Educação. **Educ. Rev.** v.41. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>

ZERBATO, A. **O Desenho Universal para a Aprendizagem na Formação de Professores: Da Investigação às Práticas Inclusivas**. **Rev. Educ. Pesqui.** v.47. e233730. 2021.